

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PARTIDO POPULAR

N.º 67-VIII
P.º 50.04.01
Data : 07.04.2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Neste debate que agora termina, o Partido Popular teve oportunidade de manifestar as suas posições sobre o Plano e Orçamento para o corrente ano de 2005, bem como sobre as perspectivas que o Governo apresenta aos Açorianos para os próximos quatro anos.

A nossa participação assentou numa base construtiva, reconhecendo o que está bem, mas não deixando de alertar o Governo e a Assembleia para os aspectos menos positivos da Administração e para as insuficiências de muitas das políticas dirigidas aos principais sectores económicos e sociais da nossa Região.

Desde logo, divergimos do Governo no que respeita ao diagnóstico que é feito da situação económica e social.

O Governo parte do princípio de que a Região passa por uma situação ímpar de crescimento e progresso e que os Açorianos vivem num mar de rosas.

Não é exactamente isso que constatamos no contacto diário com as nossas populações, nem é essa a visão que o CDS/PP tem da situação económica e financeira dos sectores produtivos da nossa Região.

A Agricultura e as Pescas passam por uma evidente crise, que à medida que se prolonga, se afigura cada vez mais estrutural.

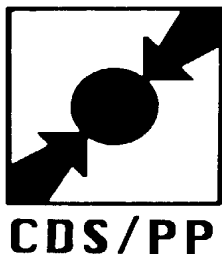
Para além das incertezas que afectam estes sectores tradicionais, é visível a quebra de rendimentos que penalizam os seus profissionais.

As Pescas, cujas capturas melhoraram nos últimos dois anos, estão muito longe dos valores atingidos num passado não distante, nomeadamente na pesca industrial, com graves repercussões económicas na indústria conserveira e na insegurança de quem lá trabalha.

A Agricultura passa por uma das suas maiores encruzilhadas. Com a produção limitada, com a desvalorização dos preços do leite e com a recessão da fileira da carne, dias difíceis perseguem a lavoura Açoriana.

Infelizmente a situação é complexa e não é de fácil solução. Se o fosse, certamente que já estava ultrapassada. Mas o primeiro passo para enfrentar o problema, é o seu reconhecimento.

Apelamos ao Governo Regional para que não faça política com a Agricultura, mas que lhe dirija as políticas sérias e adequadas ao seu desenvolvimento, para estancar as sucessivas quebras de rendimento no sector.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PARTIDO POPULAR

Sobre a nova aposta no Turismo, reconhecemos a evidência do surto de investimento privado que possibilitou um significativo crescimento da oferta hoteleira, e registamos, com agrado, o aumento da procura turística e o esforço da abertura aos novos mercados do norte da Europa.

Mas há que reforçar o esforço na promoção da Região, em conjunto com os investidores, para consolidar o crescimento obtido, impedir a quebra nas taxas de ocupação e diminuir a dependência do turismo social e subsidiado.

Paralelamente às dificuldades do sector produtivo, é notório que o comércio nos Açores se debate com uma evidente quebra do poder de compra dos consumidores.

Tivemos também oportunidade de alertar o Governo para a dificuldade crescente na área do emprego, nomeadamente em relação às mulheres com menos qualificações e aos jovens com qualificações superiores.

Embora a taxa de desemprego nos Açores não seja efectivamente preocupante, o facto é que, em 2004, atingimos o maior índice de desemprego desde 1998, o que deve constituir mais uma alerta sobre a capacidade de resposta da frágil economia Açoriana.

Senhor Presidente,

Perante uma quebra generalizada de rendimentos da maioria das famílias Açorianas, o Governo apresentou-se neste Parlamento com um orçamento que classifica como o maior de sempre. Os números apresentados confirmam-no. É neste particular que reside uma aparente contradição.

As famílias Açorianas, em geral, estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas, as actividades económicas estão a passar por situações de crise, os excluídos sociais aumentam, mas o Governo Regional tem cada vez mais dinheiro.

O CDS/PP preferia o contrário. É a diferença de filosofia entre Democratas Cristãos e Socialistas.

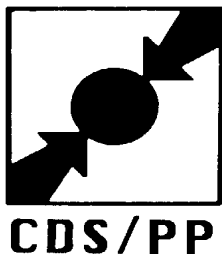
O CDS/PP preferia que as famílias e as empresas tivessem mais rendimentos e dependessem menos do Governo, que por sua vez podia ser menos rico, mais eficiente e menos interventivo na sociedade e no associativismo.

Infelizmente, a sociedade que está cada vez mais pobre, cai na tentação fácil de depender cada vez mais do poder governamental.

Este orçamento para 2005 e as propostas de investimento governamental para os próximos quatro anos, apontam para gastos ambiciosos.

Infelizmente, como o passado já o demonstrou, alguns dos problemas graves da nossa economia e da nossa sociedade não se resolvem atirando-lhes dinheiro, mas antes políticas adequadas, que não surgem claramente definidas nestes documentos.

É verdade que muitos dos projectos de investimento que o Governo inscreveu para 2005 e para os próximos quatro anos, faziam parte dos compromissos do mandato anterior e acabaram por não se concretizar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PARTIDO POPULAR

O nosso desejo, em nome dos eleitores, é que haja um maior realismo entre a programação prevista para os próximos quatro anos e a efectiva capacidade do Governo Regional a executar.

É preciso dar crédito aos documentos aprovados neste Parlamento e aos compromissos assumidos perante o eleitorado.

O que é para ser feito em 2008, nas vésperas das eleições, não deve ser prometido para 2005.

Foi isso que aconteceu no passado e temos o direito de exigir que não se repita.

De resto, existe a garantia do Governo Regional que não será por falta de meios financeiros que não haverá resposta aos reais problemas da Região.

Como Partido da Oposição, o CDS/PP, que concorda, como é óbvio, com grande parte dos investimentos previstos pelo Governo para as nove Ilhas dos Açores, estará firmemente atento ao cumprimento da programação constante dos planos regionais.

No âmbito das reformas necessárias, quer na área económica, quer na área social, infelizmente a ambição governamental ficou muito aquém das expectativas.

Aliás, espera-se que a urgente necessidade de o Governo da República prosseguir, independentemente da sua cor política, com importantes reformas do Estado, em áreas como a Administração Pública e a Saúde, possam influenciar decisivamente a Região a mudar de políticas.

De resto, no que respeita às relações com Lisboa, aguarda-se que o Governo Regional mantenha perante o Estado uma postura de exigência na defesa dos interesses dos Açores, que são muitos e alguns determinantes.

A filosofia que está subjacente às principais orientações destes documentos, não corresponde às perspectivas políticas do CDS/PP.

Compreendemos e respeitamos que o Governo Regional queira consagrar nos documentos aquilo que interpreta como sendo a confiança maioritária que recebeu dos eleitores.

Mas para o fazer, não necessitava de tentar disfarçar algumas crises e problemas sectoriais, nem precisava de aparentar tanta auto-suficiência, seja da sua capacidade, seja dos meios disponíveis.

Se outra tivesse sido a postura e se o Governo e os deputados socialistas prezassem mais os contributos alheios e não revelassem tanta sensibilidade a qualquer crítica ou simples observação, embora como Partido da oposição, possivelmente outra poderia ser a posição final do CDS/PP.

Seja como for, porque colocamos em primeiro plano os Açores e orientamos a nossa participação política numa base construtiva, estaremos sempre disponíveis para cooperar com o Governo dos Açores, naquilo que acharmos correcto e útil ao interesse da nossa Região.

Obrigado.

O Líder Parlamentar,

Alvarino Pinheiro